

**A DINÂMICA GEOGRÁFICA DA QUALIFICAÇÃO
PROFISSIONAL E A EXPANSÃO DO EMPREGO NAS
INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS NO OESTE
PARANAENSE**

Diane Daniela Gemelli *

daianegemelli@yahoo.com.br

Resumo: Neste artigo, trazemos algumas reflexões desenvolvidas em nossa monografia intitulada, “Sob o metabolismo destrutivo do capital: a expansão do trabalho nas indústrias alimentícias e a qualificação profissional em Toledo, Palotina e Marechal Cândido Rondon/PR”. Nesse momento, fazemos alguns apontamentos em torno do PlanTeQ – Plano Territorial de Qualificação Profissional, associado a formação de territórios vantajosos a expansão capitalista, com destaque, sobretudo para o Oeste Paranaense e a expansão do emprego nas indústrias alimentícias em Toledo, Palotina e Marechal Cândido Rondon.

Palavras-chave: qualificação profissiononal, expansão capitalista, indústria alimentícia

* Mestranda em Geografia pela UNIOESTE – campus de Francisco Beltrão/PR. Texto adaptado da monografia intitulada “Sob o metabolismo destrutivo do capital: a expansão do trabalho nas indústrias alimentícias e a qualificação profissional em Toledo, Palotina e Marechal Cândido Rondon/PR, defendida em 2008 para obtenção do título de Licenciada em Geografia pela UNIOESTE e tendo como orientador o Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalho, professor dos cursos de graduação e pós-graduação da UNIOESTE.

INTRODUÇÃO

Diante do quadro da intensificação da precarização do emprego no Brasil, a partir da década de 1990, resultado da ofensiva do capital sob o trabalho, com o respaldo do Estado, tanto o governo federal, quanto empresários dos mais diversos setores valem-se de um discurso político-ideológico para justificar tais condições de emprego, esse discurso aponta a falta de qualificação profissional como responsável pela situação (de desestruturação) do mercado de trabalho no Brasil, e, portanto, pela condição de cada trabalhador no mercado.

De acordo com Segnini (2000), as mudanças estruturais ocorridas no mercado de trabalho, como altas taxas de desemprego acompanhadas da crescente insegurança e precariedade das novas formas de ocupação, flexibilização da força de trabalho (contratos de tempo parcial, subcontratação, terceirização, etc.) estimulam o discurso por maiores níveis de escolaridade para os trabalhadores que permanecem empregados e ocupam postos de trabalho considerados essenciais para os processos produtivos nos quais se inserem.

Assim, no bojo da intensa precarização do mercado de trabalho e com o discurso que faltam trabalhadores qualificados no mercado de trabalho, o Estado brasileiro aponta como solução

para o desemprego a valorização do trabalho associado à qualificação profissional, que significa a incorporação de uma série de habilidades à força de trabalho, aumentando as chances de (re) inserção/manutenção no mercado de trabalho.

Deste modo, buscamos compreender nesse trabalho a territorialização das indústrias alimentícias no Oeste Paranaense, sobretudo nos municípios de Toledo, Palotina e Marechal Cândido Rondon. Para tanto destacamos nesse artigo cinco indústrias, sendo a C. Vale (Palotina), a Sadia (Toledo), a Frimesa, Faville e a Copagril (Marechal Cândido Rondon).

Destacamos que partimos do entendimento de que a qualificação profissional não engloba apenas o conhecimento do processo de trabalho associado à incorporação de habilidades técnicas, mas também abarca o próprio “ser” trabalhador, que representa tudo aquilo que possa significar vantagens ao desenvolvimento do processo de trabalho, algo expresso na captura da subjetividade operária, que representa também as vantagens comportamentais e atitudinais que o trabalhador possa oferecer no sentido de aumentar a produtividade e a lucratividade do trabalho, através da educação para o trabalho.

Quando mencionamos a qualificação profissional, estamos nos referindo à capacidade da força de trabalho, no sentido de ser útil a produção, e que sendo assim gera a produção, acumulação e expansão do capital. Desta forma, a capacidade de trabalho é condição fundamental da produção, portanto tem seu próprio valor de uso que representa um valor adicional aplicado à matéria: a mais valia.

1 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E MOBILIDADE TERRITORIAL DO CAPITAL E DO TRABALHO

Visando a formação de um trabalhador com múltiplas habilidades, que esteja em consonância com as exigências do mercado, buscando o controle dos conflitos sociais e pensando na qualificação enquanto alternativa para a mobilidade territorial do capital, é que o Estado cria políticas públicas voltadas para a qualificação profissional tais como o PLANFOR reestruturado no governo Lula com a institucionalização do PNQ¹ (2003), designado pelo ministro do trabalho e emprego como uma política social e

profissional que visa à superação da condição de política compensatória.²

Destacamos que durante o governo FHC surgiram programas de qualificação profissional financiados pelo FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, que lança em 1995 o PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador, que se estruturava nos estados na forma de PEQ's – Planos Estaduais de Qualificação. Em 2003, sob o governo Lula o PLANFOR é substituído pelo PNQ – Plano Nacional de Qualificação que se territorializa nos estados com a instituição do PlanTeQ – Plano Territorial de Qualificação do Trabalhador, que viabiliza cursos de qualificação aos trabalhadores de acordo com as necessidades de qualificação profissional do mercado, conforme preconizam seus documentos.

Nesse âmbito em 2004 foi formulado, o Plano Territorial de Qualificação dos Trabalhadores do Estado do Paraná PlanTeQ/PR, para o qual a política de qualificação deve,

...partir da concepção de qualificação profissional enquanto direito do trabalhador e enquanto forma de educação profissional de nível básico, buscando avanço no que diz respeito à visão estreita e fragmentada de “treinamento”, com foco nas necessidades exclusivas das empresas, para uma versão abrangente de

¹ Lembramos que nos estados o PNQ se institucionaliza sob os PlanTeQ's.

² Tal idéia consta no documento do PNQ, com a assinatura do ministro do trabalho e emprego Jacques Wagner.

articulação entre educação e trabalho, na perspectiva de contribuir para a inclusão social e aumento do valor de troca da força de trabalho. (SETP: 2004, p. 07)

De maneira geral as ações que permeiam o PlanTeQ/PR, estão vinculadas a uma política maior no sentido da adaptação da força de trabalho assentada nos novos paradigmas produtivos, associadas à crescente flexibilidade do mercado de trabalho, que se refletem no aumento do desemprego, da informalidade, do trabalho parcial, da terceirização etc. Desta forma o investimento em qualificação profissional deve:

Proporcionar, ao cidadão trabalhador, conhecimentos que lhe permitam qualificar-se, requalificar-se e atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho, compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade, numa perspectiva cidadã, ou seja, que lhe permita condições de (re)inclusão social e profissional. (SETP: 2004 p. 49)

A política de qualificação profissional do PlanTeQ deve garantir ao trabalhador condições para se inserir e/ou se manter no mercado de trabalho formal, mesmo frente à condição de extrema flexibilização e precarização do mercado de trabalho. Caso o trabalhador não consiga inserir-se no mercado de trabalho formal, a

qualificação profissional pode garantir condições para que este se torne autônomo e empregador, assim estes trabalhadores devem buscar condições de trabalho na informalidade.

Deste modo, percebemos como a qualificação e a constante (re)qualificação profissional são vistas como possibilidade de inclusão no mercado de trabalho, como se o grande problema fosse a falta de trabalhadores qualificados. Com isso os índices de desemprego passam então a ser justificados pelo fato dos trabalhadores não atenderem às demandas funcionais do mercado de trabalho.

Nessa perspectiva, a qualificação profissional é abordada pelo discurso dominante como possibilidade para a inclusão profissional, além de significar certa garantia para o trabalhador qualificado, ou seja, se ele for demitido, terá melhores condições de conseguir outro emprego, e num tempo menor do que um trabalhador que não possui tantas habilidades profissionais.

Portanto, a qualificação profissional está revestida de estratégias que estão diretamente relacionadas à expansão das relações capitalistas, através do uso de um discurso ideológico e perverso por parte do Estado, atribuindo ao trabalhador a sua condição frente ao mercado de trabalho.

Assim, a política de qualificação profissional do Estado tem caráter

paliativo, no sentido de reduzir o tensionamento social através de medidas isoladas, que muito antes de atender as necessidades dos trabalhadores, atende aos interesses da expansão capitalista através do uso da força de trabalho dita qualificada.

Sobre o caráter ideológico das ações do Estado, Harvey (2005: p. 87), destaca, “a ideologia proporciona um canal importante, e o poder estatal é, conseqüentemente, utilizado para influenciar a educação e para controlar, direta ou indiretamente, o fluxo de idéias e informações”.

Analisando alguns dos objetivos do PNQ, observamos que a qualificação profissional é entendida enquanto “a formação integral (intelectual, técnica, cultural e cidadã) dos/as trabalhadores/as” (BRASIL: 2003, p. 26), sendo este, o primeiro objetivo do PNQ, que em nosso entendimento associado ao sexto objetivo “elevação da produtividade, melhoria dos serviços prestados, aumento da competitividade e das possibilidades de elevação do salário ou da renda” (BRASIL: 2003, p. 26), expressa a intencionalidade de captura pelo capital das diversas qualificações que o trabalhador possa atribuir ao desenvolvimento do trabalho. O que concomitantemente pode representar determinadas vantagens à expansão geográfica do capital, uma vez

que sob as mazelas da desregulamentação do mercado de trabalho atribui-se a baixa qualificação da mão de obra as condições do trabalhador quanto à conquista do emprego formal, o que pode fazer com que os trabalhadores busquem formas de atribuir habilidades a sua formação profissional, fato que certamente representa vantagens a produção capitalista.

É assim que podemos compreender os esforços empreendidos pelo capital, para adaptar os sujeitos e lugares à exploração do padrão flexível de acumulação, abrangendo um conjunto amplo de medidas, como a desregulamentação do mercado de trabalho, a territorialização das benfeitorias custeadas pelo Estado para facilitar a instalação e operação destas empresas (portos, estradas, etc.) e a preparação da mão-de-obra para essa exploração através da formação e qualificação profissional. (CARVALHAL: 2004, p.51)

A qualificação profissional enquanto trunfo para a mobilidade territorial do capital, associada à adequação dos meios locais está claramente disposta nas ações prioritárias do PlanTeQ/PR, que busca estabelecer o planejamento da política de qualificação orientada pelas estratégias de desenvolvimento local. (SETP: 2004)

A qualificação profissional pode ser importante para a organização do espaço geográfico atrelado à espacialização das atividades produtivas, através dos arranjos

produtivos locais ou pela formação de territórios especializados, pois a partir do momento que um determinado município ou região dispor de mão-de-obra especializada em um determinado segmento, isso pode representar a concentração nestes lugares de certos ramos produtivos em detrimento de outros.

Através das vantagens que cada lugar oferece ocorre a expansão geográfica do capital associada à divisão territorial do trabalho, que por sua vez são responsáveis pela (re)produção das desigualdades sócio-espaciais, portanto resultado direto da expansão geográfica da sociedade capitalista.

A dinâmica territorial do capital, expressa através da Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (T-D-R), fragmenta as etapas do processo produtivo, escolhendo os lugares que lhe são convenientes para a acumulação, com impactos cada vez mais planetários sobre o conjunto dos trabalhadores. (CARVALHAL: 2007, p. 79-80).

Como destaca Smith (1988, p.191), “os capitalistas individuais são perpetuamente levados a escolher as localizações mais vantajosas”. As vantagens que cada lugar oferece em termos de lucratividade e produtividade pode influenciar na mobilidade territorial do capital e do trabalho. Assim os lugares que atribuírem maiores possibilidades de

lucratividade aos empreendedores, provavelmente receberão um número maior de investimentos em detrimento de outros. Portanto, o capital se expande através da territorialização – desterritorialização – reterritorialização, permitindo assim maiores níveis de acumulação, e efeitos avassaladores para os trabalhadores, tanto nos lugares em que ocorreu a territorialização quanto para os lugares afetados pela desterritorialização e reterritorialização do capital.

A atividade industrial talvez seja a que revela de maneira mais profícua a mobilidade territorial do capital e do trabalho, através da dinâmica da territorialização – desterritorialização – reterritorialização de suas unidades e parques produtivos.

É possível então tratarmos da qualificação profissional como um dos componentes da estratégia de expansão capitalista, que contraditoriamente promove a desterritorialização do emprego fabril em alguns lugares e sua reterritorialização em outros alterando drasticamente o perfil do trabalhador empregável e empregado nestes lugares.

Desta maneira, ainda como implicação da ofensiva do capital, e partindo do pressuposto que o capitalismo sobrevive através de sua acumulação por meio da produção do espaço, constatou-se nas últimas décadas a transferência de unidades

produtivas de uma região para outra, e mesmo de um país para outro de acordo com as vantagens competitivas que cada lugar oferece possibilitando maiores índices de lucratividade e provocando a expansão geográfica do capital.

a cada dia os efeitos desse metabolismo societário do capital fragmenta, complexifica e heterogeneiza o mundo do trabalho redimensionando os sentidos assumidos pela polissemização e promovem profundos rearranjos territoriais. (THOMAZ JÚNIOR: 2002, p. 03)

A relação capital-trabalho se expande para novas fronteiras e territórios de acumulação e exploração e no bojo desta mobilidade o Estado exerceu e exerce um papel importante para a territorialização das atividades produtivas e conseqüente para os processos moleculares de acumulação do capital, sendo assim o Estado desempenha um papel de fomentador da lógica capitalista global.

A necessidade de expansão do capitalismo, como condição paliativa para a absorção de capital acumulado, tem como componentes indissociáveis a luta de classe e a competição capitalista. Isso faz com que lugares anteriormente propícios à acumulação capitalista deixem de sê-lo o que provoca a necessidade para o capital de buscar outros lugares mais adequados, aqui se trata obviamente de um esforço de

produção espacial que atenda a estas necessidades, o que influi a formação de mão-de-obra para a exploração do capital. Isso porque a relação entre as estratégias capitalistas e a gestão territorial do Estado, promovem alterações importantes nos lugares, num processo de desterritorialização e reterritorialização do emprego fabril, assim o exaurimento da industrialização em certos locais contradita-se com a expansão industrial em outros.

De acordo com Carvalho (2004, p.242), a dinâmica territorial do capital e do trabalho estão submetidas aos parâmetros próprios do sistema do capital, que implica num desenvolvimento desigual da expansão territorial do capitalismo.

Com isso a mobilidade territorial do capital e do trabalho ensejam a especialização de determinadas regiões no circuito produtivo e reprodutivo do capital, provocando o desenvolvimento desigual do espaço e da sociedade capitalista.

Desigual em termos da composição orgânica do capital que, simultaneamente processa um conjunto de avanços regulatórios e tecnológicos no processo produtivo em determinados locais, e em outros promove o deslocamento de processos produtivos superados para a acumulação capitalista das regiões desenvolvidas para países e regiões em relativo atraso produtivo. (CARVALHAL: 2004, p.242)

Desta maneira, enquanto houver a competitividade entre empresas e lugares, está garantida a sobrevivência do capital, e conseqüentemente a desigual (re)produção espacial das relações capitalistas, o que significa a reprodução do estado de barbárie com as formas de exploração/opressão do trabalho e da organização da classe trabalhadora. Portanto, via acumulação de capital o espaço e o capital se desenvolvem de maneira desigual e contraditória, até porque esta é a necessidade sociometabólica básica para a sobrevivência do capitalismo, quando isso não mais ocorrer, certamente é porque houve a superação deste sistema e aí outro sistema sócio-metabólico determinará os princípios da produção do espaço geográfico, com outras características produtivas e de uso da força de trabalho.

2 A EXPANSÃO GEOGRÁFICA DO CAPITAL E DO TRABALHO NO OESTE PARANAENSE

O Oeste Paranaense se mostra como lugar vantajoso ensejando a expansão/mobilidade do capital e divisão territorial do trabalho com a instalação dos mais diversos ramos produtivos. Neste momento enfocaremos os municípios de Palotina, Marechal Cândido Rondon e

Toledo a partir da expansão/territorialização da indústria alimentícia e sua relação com a qualificação profissional.

Assim, notamos a considerável expansão do trabalho formal no setor de produção de alimentos entre 1996-2006 no Oeste Paranaense. De modo que em 1996 registravam-se 10.295 trabalhadores formais empregados neste setor industrial, enquanto em 2006 esse número saltou para 32.308 trabalhadores, crescimento superior a 210%³.

O crescimento na contratação de trabalhadores na indústria alimentícia no Oeste Paranaense faz com que essa mesorregião ocupe o 2º lugar entre as 10 mesorregiões do Paraná, ficando atrás apenas do Norte Central Paranaense que empregava em 2006, 32.648 trabalhadores neste setor industrial. Porém, a expansão em números percentuais no período entre 1996-2006 no Norte Central foi bem inferior ao registrado no Oeste, sendo que no primeiro o crescimento foi na ordem de 67% enquanto no segundo, como ressaltamos acima, foi superior a 210%⁴.

³ Dados da RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego.

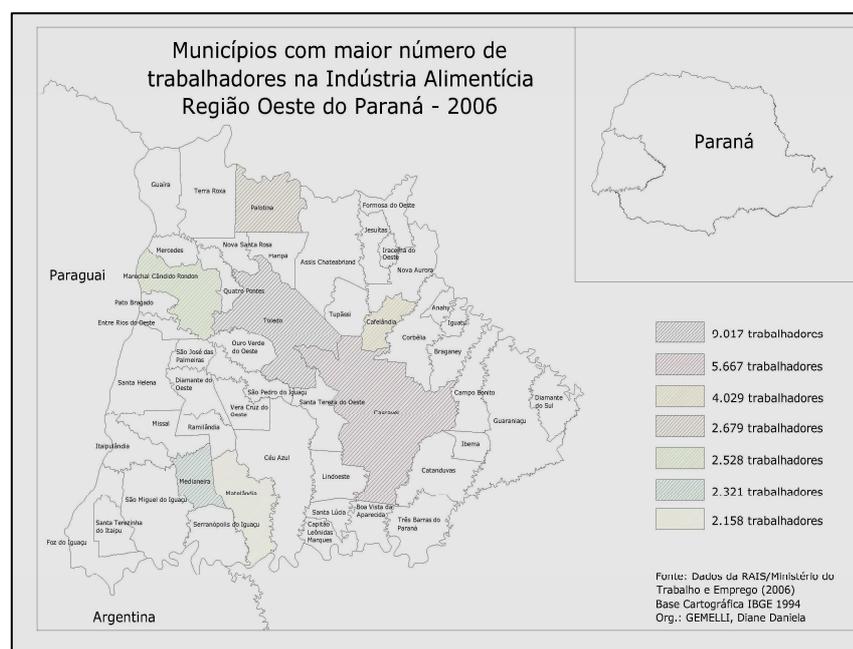
⁴ Dados da RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego.

Desta maneira o Oeste Paranaense pode ter se tornado uma região de expansão para a atividade industrial ligada à produção de alimentos. Assim, o capital se expande geograficamente para outras regiões a fim de prover maiores índices de (re)produção garantindo a sua existência enquanto sistema hegemônico, transformando o espaço onde atua e conseqüente às relações sociais, atribuindo novos significados para a relação capital-trabalho.

A expansão da indústria alimentícia na região pode estar relacionada à estrutura agrária desta, que combina grande produção monocultora, cooperativas além de pequenos e médios proprietários. Assim a Mesorregião Oeste Paranaense é uma das mais representativas quanto ao número de estabelecimentos ligados a pequena propriedade, registrando 88,3% de pequenos e médios estabelecimentos e 11,7% de grandes estabelecimentos.⁵

Esta estrutura agrária pode ter possibilitado a instalação de cooperativas na região e de grandes grupos empresariais

ligados ao beneficiamento de leite, frango, suínos, mandioca entre outros produtos, assim citamos a instalação da Sadia em Toledo, da C. Vale em Palotina, da Frimesa e da Copagril (Cooperativa Agrícola Mista Rondon LTDA) em Marechal Cândido Rondon (para mencionar somente os municípios estudados)



Porém, percebemos que a expansão das indústrias alimentícias, não ocorre de maneira homogênea no Oeste Paranaense, visto que alguns municípios se destacam enquanto territórios de expansão do trabalho e do capital. De acordo com dados de 2006 os municípios que mais empregam trabalhadores na indústria alimentícia são Cascavel, Toledo, Cafelândia, Palotina, Marechal Cândido Rondon, Medianeira e Matelândia, o que significa que juntos equivalem a aproximadamente 88% de todo trabalho

⁵ Dados IBGE - censo agropecuário 1995.

fabril na indústria alimentícia do Oeste Paranaense, como pode ser visualizado no mapa a seguir.

Deste modo é possível constatar uma nova divisão territorial do trabalho à medida que novos elementos entram em cena, como a expansão das indústrias alimentícias. Assim,

A divisão territorial do trabalho, que antecede o próprio capitalismo, tem neste sistema sócio-metabólico algumas particularidades que lhe dão sentido e inteligibilidade na sociedade contemporânea, pois a repartição das áreas é racionalizada pela busca incessante de acumulação, atraídos e simultaneamente produzindo vantagens espaciais. (CARVALHAL: 2008, p. 04)

Deste modo, levantamos algumas hipóteses para a configuração de nova divisão territorial do trabalho e do capital associada ao territorialização das indústrias alimentícias em alguns municípios do Oeste Paranaense, como a estrutura fundiária, a existência de uma série de “cooperativas”, e a disponibilidade de trabalhadores que aceitam as condições de trabalho impostas pelo processo de produção de alimentos.

Porém, verificamos que na maioria destes municípios essa representatividade do trabalho nas indústrias de produção de alimentos é um fenômeno recente, deste modo analisando dados de 1996 percebemos que os municípios mais

representativos em termos de trabalhadores empregados neste setor industrial eram Toledo, seguido de Cascavel e Medianeira, o que representava 80% dos 10.295 trabalhadores da indústria alimentícia registrados em todo o Oeste do estado.⁶

Chamamos atenção para os municípios abordados neste trabalho, e percebemos que o único que possuía representatividade quanto ao número de trabalhadores empregados era o município de Toledo, que empregava 45% do total de trabalhadores da indústria alimentícia do Oeste Paranaense. Marechal Cândido Rondon empregava apenas 336 trabalhadores e Palotina 175.⁷ Números estes que cresceram gradativamente no passar dos anos até atingirem a representatividade apontada no Mapa acima e que continua até hoje, com perspectiva de expansão, de acordo com o que conversamos com os representantes das indústrias estudadas que destacaram a crescente necessidade de contratação de trabalhadores, sobretudo devido à ampliação do mercado consumidor e a fabricação de novos produtos.

Essa tendência quanto à expansão deste setor no Oeste Paranaense ainda pode ser constatada com a instalação de

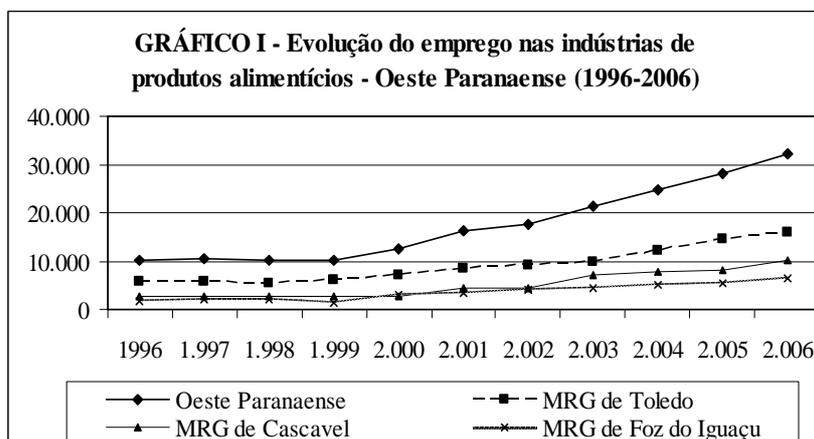
⁶ Dados do Iparde a partir dos dados da RAIS (2008).

⁷ Dados do Iparde a partir dos dados da RAIS (2008).

outras unidades produtivas em Marechal Cândido Rondon (frigorífico de suínos) e Santa Helena (fábrica de biscoitos).

Portanto, verificamos que sete municípios têm comandado a expansão da indústria alimentícia no Oeste Paranaense, sendo que nos últimos anos os demais municípios desta mesorregião pouco tem significado quanto ao crescimento do trabalho neste setor industrial. De modo, notamos que apenas Foz do Iguaçu tem ensaiado um crescimento, com aumento de 472 trabalhadores em 2005, para 844 em

2006,⁸ os demais municípios têm mantido com pouca oscilação



o número de trabalhadores empregados neste setor.

No bojo da mobilidade territorial do capital e do trabalho, apresentamos os dados sobre a expansão do trabalho fabril no Oeste Paranaense, sobretudo na indústria de produtos alimentícios, mais precisamente na Microrregião⁹ Geográfica

⁸ Dados do Iparades a partir dos dados da RAIS (2008).

⁹ A microrregião geográfica de Toledo é umas das três microrregiões que formam a mesorregião geográfica do oeste paranaense, e é composta por

de Toledo (MRG) aprofundando nosso estudo nos municípios de Marechal Cândido Rondon, Palotina e Toledo.

Analisando o gráfico acima percebemos a expansão do trabalho fabril nas indústrias de produtos alimentícios no Oeste Paranaense. Desta forma no período compreendido entre 1996-2006 o trabalho neste setor cresceu 213% atingindo a marca de 32.308 trabalhadores no ano de 2006. Também registrou-se o aumento dos postos de emprego nas microrregiões que compõem o Oeste Paranaense. A MRG de

Cascavel foi a que apresentou o maior crescimento percentual

seguida da MRG de Foz do

Iguaçu com 242% e da MRG de Toledo com aumento de 180% dos postos de trabalho criados na indústria alimentícia no período de 1996-2006.

Apesar da MRG de Toledo ter apresentado menor crescimento percentual, esta corresponde a 49% do total de empregos na indústria alimentícia no Oeste Paranaense. Assim a MRG de

21 municípios entre eles Marechal Cândido Rondon, Palotina e Toledo.

Toledo possui em números absolutos a maior quantidade de trabalhadores empregados neste ramo industrial no Oeste Paranaense. Dos 32.308 trabalhadores ocupados na indústria alimentícia no oeste paranaense 15.895 encontram-se nas indústrias distribuídas nos municípios da MRG de Toledo.

No que se refere ao número absoluto de trabalhadores formais empregados nas indústrias alimentícias, a MRG de Toledo ocupa uma posição de destaque no cenário estadual, ocupando a 2ª posição, atrás apenas da MRG de Curitiba. Em números totais a MRG de Curitiba emprega mais trabalhadores que a MRG de Toledo, sendo que a primeira emprega 27.967 trabalhadores enquanto a segunda emprega 15.865 trabalhadores nas indústrias de produção alimentícia. Porém em números percentuais no período compreendido entre 1996-2006 a expansão deste setor na MRG de Toledo se mostra muito mais significativa que na MRG de Curitiba, sendo que o crescimento apresentado foi de 180% e 70% respectivamente.

Como destaca Carvalho (2008, p. 7), não podemos afirmar que o processo de expansão das indústrias de alimentos no Oeste Paranaense esteja relacionado com a deslocalização de unidades produtivas, visto que, a que tudo indica tal expansão acompanha o crescimento da indústria nacional. Mas o que nos interessa é

compreender tamanha expansão e qual o rebatimento da qualificação profissional para a territorialização dessas indústrias.

Deste modo, compreendemos que o capital busca constantemente novos territórios para a acumulação, buscando fugir ou superar suas oscilações, crises e contradições, e nesse sentido a interferência do Estado tem um papel importante na recriação e expansão do capital.

Ressaltamos que o Estado foi determinante para a superação da crise estrutural de acumulação capitalista, no sentido que as estratégias adotadas na organização produtiva puderam ser concretizadas mediante a ordenação produtiva-espacial, e através de novas formas de uso da força de trabalho.

Nessa perspectiva regiões e/ou países com pouca ou nenhuma tradição industrial, tornaram-se lugares competitivos e vantajosos para o soerguimento do sistema capitalista de produção. Para que esses lugares pudessem entrar no circuito produtivo global, tiveram que dotar-se de infra-estrutura física, outro alicerce determinante é quanto à mão-de-obra disponível, barata e minimamente qualificada. Desta maneira tem-se a base para a (re) divisão territorial do trabalho via a espacialização e a especialização das atividades produtivas.

Como ressalta Mészáros (2002, p. 131), “o sistema do capital é um modo de controle sociometabólico incontrolavelmente voltado para a expansão”. Portanto para garantir a sobrevivência do capitalismo, este precisa expandir-se constantemente, a fim de não perder o controle sobre o espaço, aproveitando-se do maior número de vantagens que cada lugar puder oferecer. Desta maneira, o capital não vai buscar novos lugares para a (re) produção somente para superar uma crise estrutural de acumulação como a verificada no decorrer da década de 1970, ou seja, o capital sempre estará em busca de novos espaços de dominação, assim a expansão geográfica do capital deve ser constante até por que esta é uma das condições básica para a sua existência.

A acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista. O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos. (HARVEY: 2005, p. 43)

A mobilidade do capital enquanto alternativa e estratégia para a acumulação capitalista também tem um peso importante sob a organização do trabalho, suas formas de uso e exploração e, portanto sob a própria mobilidade

territorial do trabalho. Nesse sentido reafirma-se a centralidade do trabalho, como elemento para entender a dinâmica da organização do espaço e da própria sociedade.

Assim, podemos de alguma forma verificar a expansão da atividade industrial ligada à produção de alimentos no Oeste Paranaense, sobretudo na MRG de Toledo como uma estratégia de acumulação capitalista. E, portanto, tal expansão traz efeitos diretos no que se refere à produção do espaço geográfico através da expansão geográfica do capital associada à mobilidade territorial do trabalho, através da incorporação de novos agentes (sociais, materiais e territoriais) na lógica destrutiva do capital, de acordo com as vantagens que cada região pode oferecer em termos de produtividade, competitividade e lucratividade.

a atividade capitalista produz o desenvolvimento geográfico desigual, mesmo na ausência de diferenciação geográfica em termos de dotação de recursos e de possibilidades, fatores que acrescentam seu peso à lógica das diferenciações e especializações espaciais e regionais. Impelidos pela concorrência, capitalistas individuais buscam obter vantagens competitivas no interior dessa estrutura espacial. (HARVEY: 2004, p. 82-83)

Desta maneira, constatamos que a expansão do trabalho fabril na indústria alimentícia no Oeste Paranaense representa

de alguma forma vantagens para a acumulação capitalista, caso contrário não faria sentido o aumento constante no número de trabalhadores empregados neste setor industrial. A partir do momento que esta região já não se mostrar mais competitiva para o capital, certamente este buscará novos lugares que possam oferecer condições para sua (re)produção, promovendo a transformação espacial através da mobilidade territorial do capital e do trabalho. Como destaca HARVEY (2004, p.

82-83), “o capital excedente de um lugar pode encontrar emprego

noutro

lugar em que as oportunidades de lucro ainda não foram exauridas”.

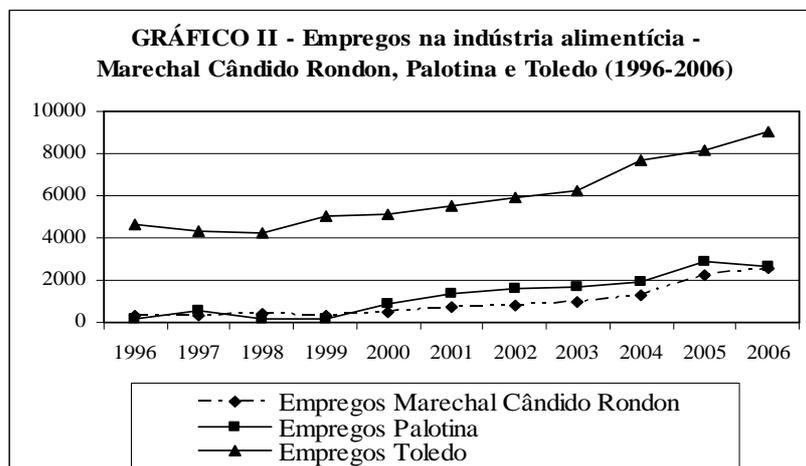
Ainda quanto à expansão do trabalho na indústria alimentícia na Mesorregião Oeste Paranaense, e mais especificamente na MRG de Toledo, chamamos a atenção para os municípios de Toledo, Palotina e Marechal Cândido Rondon e a representatividade que estes possuem frente ao crescimento do trabalho fabril na indústria de alimentos. Notamos que os municípios de Toledo, Palotina e Marechal

Cândido Rondon representam 49% do total de empregos existentes na indústria alimentícia na Mesorregião Oeste Paranaense em 2006.

De acordo com o gráfico acima percebemos que o trabalho fabril na indústria alimentícia cresceu consideravelmente nos municípios de Palotina, Marechal Cândido Rondon e Toledo entre os anos de 1996-2006.

No município de Palotina registrava-se em 1996 apenas 175 empregos na

indústria alimentícia, no ano de 2001 esse número já representava 1.392 trabalhadores, já ao final



Fonte: Dados da RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego.

de 2006 registra-se um novo salto com 2.679 trabalhadores. Isso significa que entre 1996-2006, o trabalho na indústria alimentícia de Palotina cresceu a cifras impressionantes atingindo 1430%.

Em Marechal Cândido Rondon num período de 10 anos constatamos um aumento de mais de 650% no número de postos de emprego criados nas indústrias de alimentos. Sendo que em 1996 registravam-se 336 trabalhadores, até o ano

de 2000 o crescimento foi gradual, a partir de 2001 a expansão começa a tomar maiores proporções até atingir em 2004 a marca de 1309 trabalhadores número que se amplia para 2528 ao final de 2006. Esse crescimento é em grande parte reflexo da expansão da agroindústria de processamento animal (frigorífico de aves e laticínios), sobretudo no ano de 2005 com a instalação do frigorífico de aves da COPAGRIL, mesmo período que nota-se um aumento de quase 1000 postos de emprego gerados nas indústrias de alimentos, bebidas e álcool etílico.

No município de Toledo o trabalho fabril no período de 1996-2006 cresceu 110%. Deste modo registrava-se 4.651 trabalhadores fabris na indústria alimentícia em 1996, número que saltou para 9.017 no ano de 2006.

A expansão do trabalho fabril na indústria alimentícia na MRG de Toledo está associada ao crescimento significativo do trabalho fabril neste setor industrial nos municípios de Palotina, Marechal Candido Rondon e Toledo, haja vista que estes municípios juntos correspondem a praticante 90% de todo trabalho fabril existentes nas indústrias alimentícias na MRG de Toledo. E levando em consideração a expansão da C.Vale (Palotina), da Copagril (Marechal Cândido Rondon) e da Sadia (Toledo), notamos a importância da agroindústria para a

expansão do trabalho fabril na indústria alimentícia tanto na Mesorregião Oeste Paranaense como na MRG de Toledo.

De acordo com Carvalho (2007, p. 91) “essa tendência da agroindustrialização é identificada como uma especialização produtiva do território regional, em que a cadeia produtiva da avicultura e da suinocultura ganham destaque [...] para a identificação de Arranjos Produtivos Locais no estado do Paraná.

Deste modo nos indagamos qual a importância da qualificação profissional no que se refere à expansão geográfica das indústrias de produção alimentícia, visto que o Estado aponta como alternativa para os trabalhadores que estão desempregados ou na informalidade o incremento em qualificação profissional como possibilidade para inserir-se no mercado de trabalho formal, e mesmo para os que se encontram empregados formalmente à qualificação profissional é apontada como uma possibilidade para manter-se em tal condição, visto a tamanha competitividade do mercado de trabalho.

A lógica de expansão capitalista faz do espaço um dos elementos cruciais para sua acumulação, obviamente não o espaço por si só, mas com os demais elementos que o compõe (como o trabalho), por outro lado é justamente esse espaço que pode se tornar um gargalo para a lucratividade e, portanto para a reprodução do capital,

fazendo com que este busque novos espaços a serem incorporados em sua lógica reprodutiva/ destrutiva, reorganizando assim a divisão territorial do trabalho (territorialização – desterritorialização - reterritorialização). Tal lógica atribui conseqüentemente novos sentidos à relação capital-trabalho, isso por que:

A forma de ser da sociedade capitalista é portadora de uma lógica auto-destrutiva que submete a totalidade das relações sociais a sua dinâmica societal, o que implica em extrair das potencialidades humanas aquilo que for necessário para a produção/reprodução do capital, não importando qual a sustentabilidade ambiental e humana de sua dinâmica. (CARVALHAL: 2004, p. 209)

Isso pode ser verificado em conversa com os trabalhadores que relataram as condições extremamente degradantes de trabalho nas indústrias alimentícias, trabalhando em ambientes inadequados à saúde como câmeras frias, ou em ambientes com barulho ensurdecador de máquinas, com jornada de trabalho que chega a 12 horas diárias e com reatamento salarial em torno de R\$500,00 mensais. Assim, o capital vai reproduzindo-se sobremaneira, ancorado em seu caráter destrutivo que se revela, sobretudo nas condições de trabalho e salário dos trabalhadores, que vêm as indústrias alimentícias como última alternativa de

trabalho, fato que muitos trabalhadores entrevistados destacaram, conforme podemos verificar no depoimento a seguir, “sou de Guaíra fui para Marechal Cândido Rondon estudar, como não tinha condições de me manter sem trabalhar, comecei a trabalhar na Copagril. Saía de casa às duas horas da manhã, e voltava depois das três da tarde, chegava em casa e dormia não conseguia estudar, ia mal na faculdade o que me obrigou a largar o curso e voltar pra Guaíra”¹⁰.

Na fala deste jovem observamos a própria contradição do sistema, que por um lado alardeia a educação e a qualificação profissional como possibilidade de inserção e manutenção no mercado de trabalho formal, e por outro não oferece as mínimas condições de acesso à educação para estes jovens trabalhadores. Condição esta contraditória, mas inerente à própria lógica reprodutiva e desigual do sistema, pois enquanto totalidade social, principalmente através do Estado, é necessária a criação/manutenção de um exército industrial de reserva mobilizado e qualificado para as exigências do capital, mas enquanto capital individual não pode haver dispêndio de tempo de trabalho para aumentar a qualificação do trabalhador empregado, até porque também podemos argumentar que no caso a educação não é completamente voltada à

¹⁰ Entrevista realizada dia 05 de agosto de 2008.

formação para o trabalho capitalista, ampliando as possibilidades de leitura do mundo que não perpassam pela visão de mundo exclusivamente burguesa.

Percebemos em conversa com os trabalhadores que as indústrias alimentícias representam a última alternativa de trabalho, deste modo observamos de alguma forma a resistência a incorporarem-se no emprego fabril. Resistência está que também pode ser constatada através das declarações dos representantes de recursos humanos das indústrias estudadas, que destacaram a considerável rotatividade de trabalhadores, além de muitos não completarem o tempo de experiência, demitindo-se antes mesmo de ser efetivado. Essas considerações permitem-nos vislumbrar como a mobilização para o emprego assume uma função primordial para essas empresas, pois a despeito da inexistente resistência sindical, os próprios trabalhadores não aceitam passivamente a condição brutal da exploração do trabalho, desistindo desse emprego quando podem, fazendo com que as empresas tenham uma massa de trabalhadores desempregados ou subempregados disponíveis para empregarem-se, o que envolve muitas vezes incorporar trabalhadores de municípios vizinhos.

Ainda quanto à resistência dos trabalhadores ao trabalho extenuante das indústrias alimentícias, alguns

trabalhadores entrevistados da Sadia, declaram que mediante a dificuldade de conseguir trabalhadores, esta indústria adotou a prática de não demitir nenhum trabalhador, deste modo se algum trabalhador não se adapta ao trabalho em um determinado setor, é transferido para outro (s) até que consiga ser produtivo em alguma atividade. Assim a indústria busca aproveitar o trabalho daqueles que se submetem às condições do trabalho fabril.

Associado ainda à resistência dos trabalhadores a fatigante rotina nas indústrias, o que provoca além da alta rotatividade do trabalho a própria dificuldade em encontrar trabalhadores, como destacaram os representantes das indústrias estudadas, com destaque para a Copagril e a Faville, que diante da dificuldade de encontrar trabalhadores e da necessidade expansionista de suas atividades, aderiram ao anúncio de contratação de trabalhadores, seja nas ruas através da utilização de carro de som pela Copagril, ou do anúncio impresso e afixado em locais de considerável movimentação de pessoas, assim encontramos na universidade um anúncio da Faville, em busca de trabalhadores.

Por outro lado, percebemos que outros tantos vêm nestas indústrias a possibilidade de um primeiro emprego, até porque a chance de ser contratado em uma das indústrias alimentícias é de quase

100%. Deste modo verificamos que boa parte dos trabalhadores empregados nestas indústrias são jovens, alguns que tentam intercalar trabalho e estudo, mas a maioria que apenas trabalham não conseguindo estudar, sob a justificativa da rotina extremamente cansativa de trabalho, muitos viajam diariamente de outros municípios para trabalhar em Palotina, Toledo e Marechal Cândido Rondon o que torna a rotina ainda mais cansativa, já outros moram com colegas de trabalho no município que trabalham, dividindo as despesas com o aluguel e portanto morando longe da família.

Ainda sobre o custo humano deste trabalho industrial, um trabalhador de Guairá que vai todos os dias para Palotina trabalhar na C. Vale ressaltou “o trabalho é muito pesado, então é difícil parar alguém na indústria por muito tempo, assim muitos trabalhadores começam a trabalhar enquanto muito mais trabalhadores ainda saem da indústria”¹¹.

Associada a alta rotatividade no trabalho industrial, o representante da Copagril, nos disse “que o povo de Marechal Cândido Rondon não está acostumado a trabalhar em dois turnos, dormir de dia e trabalhar a noite, e que isso é fruto da cultura rondonense de trabalhar

de segunda a sexta-feira e descansar no final de semana”¹².

Com a declaração dos trabalhadores e dos próprios representantes das indústrias, referente à alta rotatividade no trabalho industrial, podemos de alguma maneira verificar a própria resistência dos trabalhadores em trabalharem nessas indústrias, assim muitos cumprem apenas o tempo de experiência, mas antes de serem efetivados param de trabalhar na indústria, mas tem muitos também que não ficam trabalhando nem durante todo o período de experiência, trabalham alguns dias e desistem, como nos relatou o representante da Copagril.

Portanto as condições de trabalho nas indústrias alimentícias interferem no momento de decidir em não mais trabalhar nessas indústrias, mas existem outros fatores destacados pelos trabalhadores que também são representativos, como a própria perda de sociabilidade como destacou um trabalhador da Sadia¹³.

Você trabalha nove, dez horas por dia, fazendo hora extra, até chegar ao trabalho levo uma hora, pra voltar pra casa mais uma, chego em casa e só penso em tomar banho e dormir quando acordo já está na hora de me arrumar para ir de novo pro trabalho, quase não vejo meus pais e meus irmãos, como minha folga é durante a semana, vejo eles apenas a noite porque também trabalham fora, aí fico

¹¹ Entrevista realizada dia 05 de agosto de 2008.

¹² Entrevista realizada dia 09 de setembro.

¹³ Entrevista realizada dia 15 de agosto.

vendo T.V. vou pagar uma conta, essa vida é difícil viu moça, e pra piora no trabalho a gente só conversa com os outros trabalhadores na hora da refeição, as vezes eu não sei nem o que está acontecendo, as notícias assim do mundo e mesmo lá de casa muitas vezes eu nem fico sabendo.

Mas, para muitos não existe possibilidade de escolha, e deste modo o trabalho nas indústrias alimentícias é a única forma de manter-se no mercado de trabalho e garantir mesmo que de forma extremamente perversa a sobrevivência da família. Enquanto ainda existirem estes trabalhadores a lucratividade das indústrias alimentícias está garantida, agora pode chegar um momento que a resistência a tal trabalho atinja proporções que inviabilizem a lucratividade do empreendimento, de modo que possa significar a transferência de unidades produtivas para territórios mais vantajosos. Mas ressaltamos que esta possibilidade por enquanto ainda encontra-se no campo das hipóteses, haja vista que até o momento os empreendimentos das indústrias estudadas ainda se mostram rentáveis, o que pode ser comprovado pela própria expansão das indústrias, no sentido de buscar novos mercados consumidores.

Constamos que o capitalismo nos municípios estudados tem se expandido através de sua lógica mais perversa, ancorada na destrutibilidade do trabalhador enquanto ser social, consumindo a mão-de-obra deste

trabalhador enquanto este estiver na indústria, mas também se apropriando de sua sociabilidade externa a indústria, e tendo isso como uma forma de controle do trabalho, para que este trabalhador chegue em casa e se prepare, repondo energias para o próximo dia de trabalho.

Procuramos saber das indústrias quais as exigências em termos de escolaridade e qualificação profissional, no ato da contratação dos trabalhadores para a linha de produção. Todas as indústrias estudadas relataram que quanto à escolaridade não existe muita exigência, é necessário ter no mínimo a 4ª série completa, o que também não é regra, por exemplo, na Copagril, C.Vale e Sadia, como nos declaram trabalhadores e o representante de recursos humanos, em muitos casos nem esta exigência de escolaridade tem sido levada em consideração, haja vista a intensa demanda de trabalhadores e a dificuldade para encontrá-los.

Ainda quanto às exigências no ato da contratação, o representante da Copagril nos destacou que deveria existir exigência em termos de qualificação profissional, mas se a indústria passar a exigir, um curso básico, por exemplo, para quem trabalha como auxiliar de produção como o de manipulação de alimentos, certamente as dificuldades para encontrar trabalhadores seriam ainda maior, deste modo a indústria

prefere oferecer esses cursos para os novos trabalhadores assim que são contratados.

Alguns trabalhadores entrevistados da C.Vale e da Sadia também ressaltaram que se fosse cobrar qualquer exigência, em termos de escolaridade, por exemplo, a dificuldade de encontrar trabalhadores seria ainda maior, deste modo nos ressaltaram que se o trabalhador for alfabetizado já pode trabalhar nas indústrias alimentícias.

Na Frimesa a situação também não é muito diferente, a escolaridade mínima exigida para quem quer trabalhar como auxiliar de produção é ter a 4ª ou 5ª série concluída. Quanto à experiência, a chefe de recursos humanos da Frimesa ressaltou, que em Marechal Cândido Rondon é difícil encontrar um trabalhador que tenha experiência que atenda às necessidades da indústria, por exemplo, “a experiência de dois anos como auxiliar de linha de produção na Faville, não tem a menor vantagem para um colaborador que almeje trabalhar na Frimesa, isso porque são indústrias diferentes, que fabricam diferentes produtos, e, portanto o trabalho na linha de produção também é diferente¹⁴”. Deste modo a indústria também prefere qualificar/treinar seus trabalhadores na própria indústria.

Ainda nessa perspectiva, o representante da Faville nos destacou,

“para ingressar na indústria o candidato deve possuir primeiramente um curso de 12 horas de Boas Práticas de Fabricação, curso este oferecido pela própria indústria, já sob o grau de instrução não temos uma exigência maior devido ao processo produtivo, mas nossa empresa qualifica os trabalhadores através de muitos treinamentos internos¹⁵.”

Verificamos nas três indústrias que aceitaram nos receber, e mesmo em conversa com os trabalhadores das cinco indústrias, que a qualificação profissional ancorada em habilidades técnicas que incorpore, por exemplo, as boas práticas de fabricação e manipulação de alimentos ou a própria escolaridade, não é decisiva, ou sequer representativa no ato da contratação, mas é importante no decorrer do processo produtivo, sendo inclusive estratégica para a indústria manter a meta de produção e de qualidade exigida pelos compradores e tem caráter de seleção à medida que os trabalhadores não conseguem atingir as metas ou acompanhar o ritmo de produção exigido pela indústria, a partir do momento que a indústria percebe que determinado trabalhador não conseguiu se adaptar em nenhum setor da indústria é demitido. Mas em conversa com alguns trabalhadores percebemos que na maioria das vezes são

¹⁴ Entrevista concedida em 29/08/2008.

¹⁵ Respostas encaminhadas via e-mail dia 15 de agosto de 2008.

os próprios trabalhadores que pedem a demissão, quando não conseguem acompanhar o ritmo do processo produtivo, o que explicita o quão desumano é o trabalho nessas indústrias.

Se no ato da contratação as exigências não são determinantes, percebemos que a qualificação dos trabalhadores de acordo com as necessidades da indústria começa logo após a contratação destes, assim as indústrias estudadas realizam treinamentos/cursos quando o trabalhador começa a trabalhar na empresa.

Desta forma quando o trabalhador é contratado na Frimesa, ele realiza um curso de integração com duração de 12 horas, oferecido pela própria indústria, com o objetivo de mostrar como funciona a empresa, quais são os direitos e deveres dos trabalhadores, boas práticas de fabricação (higiene). Nessa mesma indústria no decorrer do ano são realizados cursos rápidos, com duração de duas horas, e que são denominados, semana da qualidade, semana de prevenção de acidentes de trabalho e semana do meio ambiente¹⁶.

Já para ser operador de máquina ou caldeirista é necessário a realização de um curso de 1 semana oferecido pelo SENAI em parceria com a indústria. Para trabalhar

¹⁶ Esses cursos ocorrem durante uma semana, para poder ser realizado por todos os trabalhadores da indústria, assim enquanto um grupo de trabalhadores está fazendo o curso os demais estão trabalhando.

no setor de UHT – Ultra Alta Temperatura e pasteurização também é necessário fazer um curso de procedimento operacional, este ministrado por trabalhadores deste setor para os trabalhadores que estão a pelo menos 6 meses na indústria e que demonstram maior potencial e empenho no trabalho. Esse curso não tem uma duração específica, é feito no dia-a-dia, assim o trabalhador que faz o curso na verdade acompanha o processo produtivo, portanto o tempo para o trabalhador treinado estar apto para desempenhar tal função pode chegar a seis meses¹⁷.

Quando o trabalhador começa a trabalhar na Faville também é necessário fazer um curso com duração de 12 horas designado de Boas Práticas de Fabricação, curso este oferecido pelo Senai¹⁸. E no decorrer do processo produtivo a indústria realiza constantemente treinamentos na própria indústria, “dependendo do treinamento pode durar de 2 a 4 horas, temos treinamentos rápidos que duram até 00:30 minutos”.¹⁹ Esses são cursos rápidos para atender alguma necessidade específica do processo produtivo.

¹⁷ Ressaltamos que dos 270 trabalhadores da Frimesa aproximadamente 70 trabalham no setor de UHT e pasteurização.

¹⁸ Nossa análise sobre a indústria de biscoitos Faville, ficou prejudicada pelo fato que esta indústria não aceitou nos receber para uma conversa, assim as perguntas foram respondidas via e-mail, o que torna as respostas muito superficiais.

¹⁹ Respostas encaminhadas via e-mail dia 15 de agosto de 2008.

O representante da Faville ainda ressaltou “infelizmente temos que qualificar os colaboradores na própria empresa, pois as pessoas que buscam oportunidades no chão de fábrica dificilmente buscam se qualificar”, ainda enfatizou que “os colaboradores qualificados já estão ingressos no mercado de trabalho, portanto buscamos qualificar os que já estão na empresa, que demonstram competência para receber as oportunidades de promoção”.

Chamamos a atenção para o que as indústrias chamam de colaboradores, e percebemos o quanto isso é importante para a produtividade e lucratividade da indústria, de modo que os representantes das duas indústrias apontaram a importância do potencial ou das competências daqueles que chamam de colaboradores, principalmente na evolução de cargo dentro da indústria, por exemplo, para o trabalhador deixar de cortar 33 asas de frango por minuto e passar a ser encarregado de determinado setor, deve mostrar além de agilidade, comprometimento com o trabalho, mais do que isso comprometimento com a indústria, no sentido, de sempre estar cobrando dos demais trabalhadores maior produtividade.

...são inegáveis as vantagens resultantes do fato da empresa possuir uma mão-de-obra, um conjunto de

‘colaboradores’, em sintonia com sua política e cultura de modo que, além de buscar superar as metas estabelecidas e possibilitar o estabelecimento de novas, deixe de lado reivindicações ‘retrógradas’. (SILVA: 2008, p.78)

Assim os trabalhadores, se tornam fiscais uns dos outros, o que é uma estratégia extremamente interessante para a indústria manter o controle dos trabalhadores, agora fazendo destes seus aliados. Porém a mesma medida que esta pode ser uma estratégia interessante, pode chegar a um momento que os trabalhadores passem a questionar tais medidas.

Na Copagril quando da contratação de novos trabalhadores, estes devem fazer um curso designado Programa de Integração de Novos Empregados, que possui duração de 8 horas, mostrando os direitos e deveres dos trabalhadores, os procedimentos internos da indústria, além de curso de manipulação de alimentos e segurança no trabalho.

Na C. Vale e na Sadia também são realizados cursos na admissão de novos trabalhadores, porém como estas indústrias não nos receberam as informações que temos foram repassadas por trabalhadores, que falaram que quando contratados realizam cursos rápidos de higiene, manipulação de alimentos, além de algumas informações sobre direitos e deveres com enfoque nas metas de

produção. E ainda conseguimos algumas informações com o Senai, que na maioria dos casos oferece cursos que atendem os trabalhadores das indústrias alimentícias ou fecham um pacote de curso(s) com determinada indústria.

As entrevistas realizadas nos setores de recursos humanos das indústrias, demonstraram a importância da qualificação, se não imprescindível para a contratação dos trabalhadores, fundamental a partir do momento que é contratado, deste modo verificamos que as três indústrias estudadas, realizam treinamentos no primeiro dia de trabalho para os novos trabalhadores esse treinamento, dura 12 horas na Faville e na Frimesa e 08 horas na Copagril.

Em entrevista ao setor de recursos humanos da Copagril²⁰, o representante que nos atendeu, relatou que a qualificação profissional, e mesmo o grau de escolaridade não são decisivos na hora da contratação, porque faltam trabalhadores no município para suprir a demanda desta indústria. Mas que a partir do momento que o trabalhador é contratado a realização de cursos e treinamento é fundamental inclusive para a permanência da indústria no mercado.

Deste modo, Alves (2007, p.197), salienta que a constituição de um precário mundo do trabalho tende a contribuir para

controlar o comportamento do homem que trabalha e conseqüentemente elevar sua produtividade através da emulação pelo medo. Sendo esse uma forma regressiva de emulação do homem que, sob o sócio-metabolismo da barbárie, tem se disseminado na civilização do capital.

Verificamos claramente em conversa com os trabalhadores das cinco indústrias pesquisadas a presença do medo do desemprego presente na rotina de trabalho, o como isso se expressa nas formas de pressão, no sentido de atingir as metas de produção de ser mais ágeis, de estarem realizando cursos e treinamentos solicitados pelas indústrias, entre outros elementos apontados.

Deste modo, percebemos que o trabalhador tende a aceitar as condições degradantes de trabalho, sob o risco do desemprego.

Isso pode ser percebido em conversa com os trabalhadores, que ressaltaram alguns elementos que fazem do trabalho nas indústrias alimentícias, ser extremamente penoso, repetitivo, com muita agilidade e trazendo riscos para a saúde.

Em nossa pesquisa encontramos um casal que relatou bem essa situação do trabalho enquanto um risco para a saúde. Ele trabalha há 13 anos na Sadia, e em um dia de trabalho no setor de cortes, cortou a mão que impossibilitou alguns

²⁰ Entrevista realizada em 09 de setembro de 2008

movimentos, deste modo ela já não tinha mais agilidade para acompanhar o ritmo de corte, não conseguindo, portanto, atingir a meta diária, sendo transferido para o setor de embalagem que não exige tanta eficiência e rapidez quanto no corte.

O problema de sua esposa foi ainda mais grave depois de 6 anos trabalhando na Sadia, no setor de corte de suínos, (que segundo declarações dos trabalhadores é um dos mais penosos devido ao peso do suíno) começou a sentir uma forte dor no antebraço direito. Ela nos relatou que nesse período foi muito humilhada pelos próprios colegas de trabalho, que falavam que ela estava inventando a dor para trabalhar menos, o próprio supervisor do setor não deixou ela sair da linha de produção sob o risco de ser demitida, deste modo ela trabalhou três meses nessas condições, e com uma tala no antebraço para minimizar a dor. Em consulta médica o diagnóstico apontou que sofria de tendinite, fez cirurgia, e um acordo com a indústria, recebeu uma indenização de 20 mil reais, e está impossibilitada para o trabalho, seja para o trabalho intenso e repetitivo a qual era submetida na Sadia, ou mesmo para demais funções bem menos cansativas, assim ela relatou que não consegue nem limpar sua própria casa, fazendo o serviço doméstico aos poucos, pois a dor é constante, sendo que o próprio médico disse, que ela terá que se

acostumar a conviver com a dor. Agora ela busca fazer cursos de reabilitação oferecidos pelo INSS para poder se encaixar em outra ocupação no mercado em que não necessite movimentar tanto o braço esquerdo.

Verificamos a custo do quê e de quem a indústria garante sua lucratividade, impossibilitando muitos para o trabalho, como fez com essa jovem, e outros casos como no primeiro citado, para não pagar indenização reaproveita o trabalhador que ainda possui alguma utilidade para o trabalho industrial, e que possui um determinado tempo de trabalho na indústria, como no caso desse trabalhador que trabalha há 13 anos, ou seja, ele já está acostumado com a rotina da indústria, assim a indústria reutiliza o trabalhador que devido aos riscos do trabalho sofreu um acidente impossibilitando-o para funções mais extenuantes, deslocando-o para outro setor, assim este trabalhador já está adaptado à lógica de produção da indústria e destrutibilidade do trabalhador, deste modo é mais vantajoso encaixá-lo em outro setor do que contratar outro trabalhador que possa vir a não suportar o trabalho de produção de alimentos.

Outro fator que pode ser observado como componente da formação para o trabalho, no caso deste jovem, é que ele teria direito a indenização por sofrer acidente de trabalho que limitou o

movimento de sua mão, mas não o fez como nos relatou, por não ter perdido o emprego e por ter conseguido trabalhar em outro setor da indústria. Deste modo o que pra ele pode representar alguma vantagem, para a indústria significa a captura da subjetividade do trabalhador, através do medo, de perder o emprego e tornar-se desempregado.

Nesse sentido, Alves (2007, p.197) indaga que através do medo do desemprego o trabalhador assalariado consente maior nível de exploração da sua força de trabalho e renuncia a direitos sociais e trabalhistas.

Isso pode ser percebido no caso acima citado, haja vista, que a jovem trabalhador por alguns meses sentindo muitas dores, porém como ela mesma falou se não fosse para o trabalho seria demitida e não teria nenhum direito, seja quanto a indenização devido a lesão por esforço repetitivo devido a intensa rotina de trabalho ou mesmo outros direitos trabalhistas, uma vez que ela estaria se demitindo.

No caso do marido dela percebemos outro exemplo da captura do medo do trabalhador, haja vista que ele teria direito à indenização por ter sofrido acidente de trabalho, mas não recorreu à justiça, por ter sido transferido para outro setor da indústria, e como ele nos falou se tivesse solicitado indenização não teria mais onde trabalhar, até porque tem algumas

limitações na mão que não o permitem realizar qualquer trabalho.

Esses dois trabalhadores, acima citados, ressaltaram que existem muitos desses casos na indústria, porém quando esses trabalhadores não conseguem ser reaproveitados em outra função são demitidos, e deste modo não foi possível encontrá-los para que pudéssemos conversar. Outros fatores que provocam problemas de saúde e que foram citados por diversos trabalhadores, refere-se à temperatura nas câmeras frias e ao barulho.

Outra característica do trabalho nas indústrias alimentícias, constantemente ressaltada pelos trabalhadores, refere-se quanto à jornada de trabalho, que na Sadia, C.Vale, Frimesa e Copagril tem duração diária de 8:47 h. e na Faville tem duração diária de seis horas para quem trabalha na fabricação de Waffer e de oito horas para os demais trabalhadores. Lembrando que o trabalhador entra na indústria no começo de sua jornada de trabalho e sai somente ao final dela, ou seja, faz suas refeições na própria indústria, a um custo de R\$0,60 cada refeição.

Porém em conversa com os trabalhadores das cinco indústrias, foram frequentes os relatos de superação da jornada de trabalho diária, seja devido a alguma necessidade de produção por conta de alguma demanda ou como uma forma

de aumentar o salário, realizando hora extra.

Isso se torna ainda mais grave quando os trabalhadores vêm de outros municípios para trabalhar, seja em Toledo, Palotina ou Marechal Cândido Rondon, nesses casos muitos relataram que é comum ficar até 12 horas diárias em função do trabalho. Ressaltamos que quanto ao transporte dos trabalhadores que vem de outros municípios é descontado na folha salarial destes 6% do salário por mês, para cobrir os gastos.

Além disso, ainda destacamos, as metas diárias de produção que tornam o trabalho ainda mais cansativo e repetitivo, para ilustrar essa situação, já citamos anteriormente o trabalho de Seu Didi que corta 33 asas de frango por minuto, isso significa que no final de uma jornada de 8:47h, os trabalhadores desse setor terão cortado cerca de 16.770 asas cada um.

Todas essas condições de trabalho que citamos acima podem parecer óbvias quando se trata do trabalho industrial sob o modo de produção fordista/taylorista, e parecem muito distante do que a literatura aponta em época de toyotismo e reestruturação produtiva, portanto podemos verificar que nessas indústrias alimentícias esses modos de produção estão presentes concomitantemente na organização do trabalho, com destaque, por exemplo, para o trabalho repetitivo e

extenuante (característica do fordismo/taylorismo) ao mesmo tempo em que organiza os trabalhadores em equipe e que utiliza na prática os conceitos de empregabilidade, da captura da subjetividade operária, e, portanto da educação para o trabalho (características do toyotismo). Portanto chamamos a atenção para a formação do trabalhador, e o que isso pode significar em termos da expansão dessas indústrias nos municípios estudados.

Ressaltamos que em todas as condições de trabalho acima citadas, percebemos uma característica comum a todas, que os trabalhadores constantemente enfatizaram durante as entrevistas, o que se refere à pressão exercida pelo supervisor ou pelo encarregado, para atingir a produção, para não reclamar das condições de trabalho, não recorrer, por exemplo, ao sindicato, sob a justificativa que sempre terá trabalhadores que aceitem as condições de trabalho.

Verifica-se o caráter de controle do capital para com os trabalhadores, o que revela uma das principais características da formação profissional, como foi destacado em outros momentos, o envolvimento do trabalhador para com o trabalho, com os ideais da indústria, e, portanto com o próprio processo de acumulação do capital.

A incorporação desta pressão pelos trabalhadores, faz com que sejam mais produtivos e que o medo do desemprego torne-os menos atuantes no que se refere à luta pelas melhorias das condições de trabalho, este é um dos traços importantes quanto à formação profissional que pode ser visualizado nas cinco indústrias estudadas.

Ainda quanto à formação dos trabalhadores, verificamos que a produção nas indústrias alimentícias é dividida por setores, e cada um desses setores é composto por um determinado grupo de trabalhadores que devem trabalhar em equipe²¹, deste modo os trabalhadores entrevistados ressaltaram que recebem instrução para que quando tiver algum problema na linha de produção, ou seja, quando um trabalhador não estiver produzindo a sua parte do trabalho, os demais devem levar essa informação ao encarregado ou ao supervisor.

Porém os trabalhadores constantemente declararam que esta estratégia não estava atingindo os objetivos da indústria, haja vista que os trabalhadores não tinham e não tem o costume de reclamar de outro por não estar cumprindo sua meta de trabalho. E quando isso acontece geralmente

procuraram conversar com o trabalhador, pois como nos declaram, em muitos casos o trabalhador não está atingindo sua meta por algum problema de saúde, ou outro qualquer, assim verificamos que a estratégia das indústrias quanto à fiscalização do trabalho pelos próprios trabalhadores, não atingiu sua plenitude, o que revela a consciência de classe por parte dos trabalhadores e a resistência a determinadas ordens impostas pela indústria.

Como estratégia para resolver a união dos trabalhadores a Sadia implantou em cada linha de produção um capitão, responsável pelo controle do bom andamento do trabalho, com o objetivo de verificar se todos os trabalhadores estão cumprindo com sua meta de produção.

Nesse sentido indaguei aos trabalhadores, sobre quem seria o capitão, e desta forma os trabalhadores destacaram que trata-se de um dos que trabalhavam normalmente na linha de produção e representava confiabilidade aos supervisores, no sentido de levar a estes alguma reclamação sobre determinado trabalhador, ou a algum outro problema que esteja ocorrendo na linha de produção e que prejudique a produtividade.

Assim pudemos constatar na pesquisa de campo, aquilo que constantemente encontramos na literatura sobre a captura da confiabilidade do trabalhador, como um

²¹ Ressaltamos que o trabalho em equipe é uma das características do Toyotismo e, portanto uma estratégia de aumentar a produtividade e o controle do trabalho pelos próprios trabalhadores.

instrumento importante para a acumulação e expansão capitalista, constantemente expressa na hierarquia da organização de trabalho na indústria composta pelos supervisores, seguida dos encarregados, capitães e por fim obviamente os trabalhadores que devem obedecer às ordens.

Seja através da fiscalização dos próprios trabalhadores na linha de produção, ou pela vigilância atenta dos capitães e encarregados quanto ao controle e produtividade do trabalhador, o que percebemos é o que Alves (2007, p.196) aponta, como sendo mais um elemento da exploração do trabalhador pelo trabalhador, através da pressão exercida pela equipe de trabalho, sendo que o carrasco dos trabalhadores é o próprio coletivo de trabalho constituído pelo capital.

Verificamos ainda na pesquisa de campo, que as indústrias tendem a adotar constantemente novas estratégias no sentido de obter o controle sobre o trabalhador, objetivando maior produtividade/lucratividade. Assim os trabalhadores da C.Vale ressaltaram que a indústria concede alguns benefícios ao trabalhador que não falta, desta forma para os trabalhadores exemplares que não faltam ao trabalho recebem ao final do mês além do salário no valor de R\$ 535,00 um vale alimentação no valor de R\$100,00.

Os trabalhadores ressaltaram que isso faz com que o trabalhador tenha maior envolvimento com o trabalho, haja vista, que o vale alimentação pode fazer a diferença na hora de fechar as despesas da casa.

Os trabalhadores da Sadia ressaltaram também que os trabalhadores que não faltam e não tem atestado ganham mais algo em torno de R\$50,00 mensais.

Além dessas formas de controle da força de trabalho através da pressão seja para atingir as metas ou para não faltar ao trabalhar, são algumas das maneiras em que encontramos a qualificação profissional presente nas indústrias. Mas além destes aspectos atitudinais e comportamentais, existem aqueles diretamente relacionados à qualificação enquanto habilidades técnicas, isso pode ser percebido constantemente em conversa com os trabalhadores.

Habilidades estas que vão desde a realização de cursos logo após a contratação de novos trabalhadores, passando por cursos realizados no Senai, até o treinamento no dia-a-dia de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, entendemos a expansão do trabalho fabril nas indústrias alimentícias do Oeste Paranaense, sobretudo nos

municípios estudados enquanto um efeito da reordenação da acumulação capitalista expressa na incorporação de novos territórios em sua lógica reprodutiva.

Destacamos o Oeste Paranaense como um novo território incorporado a lógica reprodutiva do capital, mas enfatizamos que isso se refere à expansão das indústrias alimentícias, haja vista que desde a sua formação, o Oeste está vinculado à acumulação capitalista, que talvez nos últimos anos esteja se revelando a partir da expansão agroindustrial, portanto com um rebatimento importante nas indústrias alimentícias, se levarmos em consideração as diversas indústrias instaladas nas últimas décadas em municípios (além dos estudados neste trabalho) como Cascavel, Medianeira, Matelândia e Cafelândia.

Esses novos territórios de acumulação somente entrarão na lógica reprodutiva do capital à medida que representarem economias de acumulação no sentido de serem vantajosos para determinados empreendimentos.

Essas vantagens podem se manifestar de diversas formas, através de incentivos fiscais por parte do poder público, infraestrutura adequada para escoamento e transporte da produção, energia disponível e mão de obra, e é sobre esse viés que buscamos compreender a reorganização espacial produtiva do Oeste Paranaense, à

medida que entendemos que o trabalho pode ser um elemento fundante na territorialização das atividades econômicas, em contrapartida observamos os efeitos do capital e as estratégias para tornar o trabalho constantemente vantajoso a determinado empreendimento.

E é fazendo parte dessas estratégias que entendemos a qualificação profissional através da formação do trabalhador para o trabalho, que se expressa nas indústrias alimentícias estudadas de diversas formas, através da captura da subjetividade operária, do trabalho em equipe, da pressão para atingir as metas de produção, no medo do desemprego, no discurso da indústria denominando os trabalhadores de colaboradores e obviamente na formação técnica para o trabalho através da realização de cursos e treinamentos.

Assim constatamos que a dimensão territorializante da qualificação profissional/formação do trabalhador pode ser expressa na expansão do trabalho fabril no setor de produção de alimentos em Toledo, Palotina e Marechal Cândido Rondon, como um discurso ideológico que prega a mobilização comportamental para o emprego, garantindo um exército industrial de reserva disposto a aceitar as condições e remuneração do trabalho definidos pelas empresas. Essa é uma feição do território para a expansão

capitalista que precisa ser incorporada nos estudos em Geografia e sobre o trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho.** 2ª edição – Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Plano Nacional de Qualificação – PNQ, 2003-2007.** –Brasília : MTE, SPPE, 2003.

CARVALHAL, M. D. **A dimensão territorializante da qualificação profissional em São Paulo: a ação dos sindicatos** (Tese de Doutorado). Presidente Prudente/SP: FCT/UNESP, 2004.

CARVALHAL, M. D. **O desenvolvimento desigual do capital e a expansão do trabalho fabril no oeste paranaense.** In: IX Jornada do trabalho – Dinâmica territorial do trabalho no século XXI: em busca dos sujeitos que podem emancipar a sociedade para além do capital – Catalão/GO, 2008.

CARVALHAL, M. D. **O emprego em Marechal Cândido Rondon/PR na dinâmica geográfica do Capital.** In: Pegada (v.8, n.1) – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho/Presidente Prudente: CEGET, 2007.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço** – 2 ed. São Paulo/SP: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **O novo imperialismo** São Paulo/SP: Loyola, 2004.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital** São Paulo/SP: Boitempo, 2002.

SECRETARIA DO ESTADO DO TRABALHO, EMPREGO E PROMOÇÃO SOCIAL. **Plano Territorial de Qualificação do Estado do Paraná – PlanTeQ/PR 2004-2007** - Curitiba/PR: 2004.

SEGNINI, L. R. P. **Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente.** São Paulo Perspec., São Paulo, v. 14, n. 2, 2000. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 20 jan 2008.

SILVA, R. A. da. **A Exaustão de Sísifo: gestão produtiva, trabalhador contemporâneo e novas formas de controle.** (Dissertação de Mestrado). Campinas/SP: UNICAMP: 2008.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual.** Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 1988.

THOMAZ JR. A. **O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura geográfica'.** *Revista Pegada.* Presidente Prudente-SP, v. 3, 20 p., out. 2002. Disponível em: <http://www2.prudente.unesp.br/ceget/pegada/>.

SITES CONSULTADOS

www.ipardes.gov.br, consulta em 19 de janeiro de 2008.

www.mec.gov.br, consulta em 22 de agosto de 2008.

www.mte.gov.br, consulta em 15 de agosto de 2008.

www.pr.senai.br, consulta em 08 de agosto de 2008.

www.seed.pr.gov.br, consulta em 10 de setembro de 2008.

GEMELLI, D. D. A Dinâmica Geográfica Da Qualificação Profissional E A Expansão Do Emprego Nas Indústrias Alimentícias No Oeste Paranaense. **Revista Pegada Eletrônica,** Presidente Prudente, vol. 11, n. 1, 30 junho 2010. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada111/06diane1101.pdf>>. Acesso em: __.__. 20__.